

Administração da dívida pública interna une banqueiros

Joyce Jane

SÃO PAULO — Os banqueiros não têm mais nenhuma dúvida de que serão chamados a conversar com o próximo governo sobre a questão da dívida interna, que atinge quase R\$ 150 bilhões, financiados diariamente no overnight a taxas de juros reais elevadas. No início dessa semana, três grandes banqueiros se reuniram e admitiram a possibilidade de ter que enfrentar uma mudança brusca na administração da dívida pública no próximo ano. "Chegamos a conclusão que não podemos fazer muita coisa. Não temos como reduzir a compra de títulos públicos porque não podemos dizer a nossos clientes que estamos sem papel para fazer sua aplicação de over", diz um grande banqueiro.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Léo Cochrane Júnior, engrossa a fila dos que acreditam que os banqueiros serão chamados a dar sua contribuição à política econômica do próximo governo. Mas afirma que não serão os bancos que perderão, mas sim os aplicadores que estão com seu dinheiro lastreado em títulos do governo. "O que os bancos ganham, na verdade, é o diferencial entre o que recebem do governo e o que pagam aos clientes. Por isso, se houver redução na taxa nominal — um confisco — quem perderá é quem aplica", explica ele.

Cochrane diz que caso esse confisco de parte do rendimento seja efetivado, o que os bancos realmente perderão será parte da rentabilidade garantida pelo *floating* (aplicação dos recursos não remunerados que ficam com

os bancos), mas ele diz que essa parcela é cada vez menor. "Ganhamos, por exemplo, com a aplicação do FGTS, mas essa situação não tem como ser mantida mesmo", acredita ele.

Assunto constante — O presidente da Febraban informa que esse assunto é uma constante entre os banqueiros, que estão com medo do que possa acontecer. Mas ele não tem dúvida de que todos os segmentos da sociedade terão que dar sua contribuição ao próximo governo, a fim de combater a inflação e atenuar os gastos públicos.

Ele vai além da ideia do calote e acha que muitas medidas poderão ser tomadas na administração da dívida no próximo ano. "Mas é preciso que haja credibilidade senão nada se resolve", alerta ele. Entre as possíveis alterações, ele levanta a possibilidade de modificação no pagamento dos juros e alongamento no perfil da dívida.

Léo Cochrane classifica a atuação dos bancos nos últimos anos como uma atividade distorcida, que perdeu a capacidade de financiar a produção e tem como única função o financiamento da dívida do governo, exigindo para isso taxas cada vez mais elevadas. "Preferimos uma inflação menor e uma atividade bancária mais aquecida. No mundo inteiro, os bancos têm um papel muito mais ativo do que nós. No Brasil, as instituições bancárias não chegam a emprestar duas vezes o valor de seu patrimônio. Em países desenvolvidos, essa atividade chega a representar 15 vezes o patrimônio da instituição", diz ele, admitindo que está na hora de rever a atuação do sistema financeiro no Brasil.